

# Exército vai retirar garimpos de área ianomami

Da Sucursal de Brasília

O juiz da 7ª Vara Federal, em Brasília, requisitou ao ministro Leonidas Pires Gonçalves o envio de tropas do Exército para retirar garimpeiros das regiões indígenas de Roraima. A retirada dos garimpeiros foi ordenada pela Justiça Federal, através de uma medida cautelar proposta pelo Ministério Público. O juiz Novelty Vilanova da Silva Reis justifica o pedido, afirmando que a Polícia Federal não tem condições de realizar a tarefa. No ofício enviado ao ministro do Exército, o juiz afirma que "há grave lesão à ordem, em virtude da ocupação indevida e desordenada nas terras indígenas".

O líder indígena Davi Ianomami disse ontem, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, que o governo "pensa que os índios são bichos e quer que eles morram" para ocupar suas terras. Segundo ele, o governo quer "ouro e dinheiro" dos garimpeiros e está pouco se importando com o extermínio da nação ianomami, no norte de Roraima. O discurso de Davi foi aplaudido pelas cerca de cem

peças presentes na Comissão, com o objetivo de discutir medidas emergenciais para salvar os ianomami. Davi foi aplaudido inclusive pelo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Iris Pedro de Oliveira, que representou o governo.

A médica Maria Gorete Gonçalves Selau, do Núcleo de Apoio às Populações Indígenas da Universidade de Brasília, apresentou um relatório sobre as condições de saúde entre os ianomami. De acordo com ela, na região de Paapiú (a mais atingida) um terço dos 284 índios existentes antes de 1987 desapareceu e 170 estão internados com febre silvestre, na Casa do Índio de Boa Vista.

Além da malária, Maria Gorete afirma ter verificado doenças venéreas, disenteria e desnutrição entre os índios. As doenças foram levadas aos ianomami pelos 40 mil garimpeiros que invadiram a região. Gorete afirmou que há falta total de higiene e cuidados com a alimentação no local. Uma situação que, disse a médica, caracteriza "omissão de socorro".



Olympio Barbanti Jr.

Davi Xiriana (à esq.) em visita aos índios doentes com malária no posto da Funai em Boa Vista

## Índios 'curados' na Funai transmitem malária

OLYMPIO BARBANTI JR.

Enviado especial a Roraima

A medicação aplicada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) aos ianomami portadores de malária em Boa Vista, capital de Roraima, é inadequada e não cura totalmente a doença. A afirmação foi feita pelo médico Marcus Barros, reitor da Universidade Federal do Amazonas, durante visita ao posto de atendimento da Funai em Boa Vista. Segundo ele, as várias drogas aplicadas na Casa do Índio (onde são atendidos os ianomami)

destruem o protozoário causador da malária no "ciclo sanguíneo", mas a doença continua existindo no "ciclo hepático".

A partir disso, os índios ianomami considerados "curados" são, na verdade, novos transmissores de malária quando de volta às suas aldeias. Para Marcus Barros, esse fator exponencia entre os índios a disseminação da malária, que pode ser fatal para eles. O médico disse ainda haver inúmeros ianomami em estado de grave desnutrição na Casa do Índio, provavelmente devido à associação de doenças à alimen-

tação fornecida, que contém produtos não consumidos normalmente pelos ianomami, como macarrão e arroz.

O reitor Barros esteve em Boa Vista acompanhado de uma comissão de índios de diferentes tribos que foi a Roraima verificar a situação de "extermínio" por que passam os ianomami. Na visita à Casa do Índio, Barros afirmou não ter encontrado o médico responsável, nem ter conseguido localizá-lo por telefone. Havia apenas uma enfermeira e quatro atendentes.

## Governador defende áreas para extração

Da Reportagem Local

O governador de Roraima, Romero Jucá, 34, quer a criação de reservas para extração mineral dentro de seu Estado para compatibilizar interesses de índios e garimpeiros. Segundo Jucá, que procurou a Folha ontem para prestar essas informações, haveria três regiões em Roraima —fora das áreas indígenas— onde o garimpo de ouro seria permitido para cooperativas de garimpeiros ou empresas de mineração.

O projeto, chamado de "Meridiano 62", considera áreas indígenas as estabelecidas por decreto presidencial de março passado, que divide o território ianomami em 19 bolsões, circundados por florestas passíveis de exploração econômica. Essa área reduz para 2 milhões de hectares as terras consideradas de posse histórica dos ianomami, estimadas em 9 milhões de hectares. A Justiça Federal concedeu ao Ministério Público liminar contra o decreto e a área ianomami está agora interditada. No projeto do governador, a permissão de mineração de ouro em áreas indígenas, quando os índios quiserem ou quando fosse importante para o país, seria submetida ao Congresso Nacional.

Segundo Jucá, "há mais de 100 mil pessoas envolvidas com o garimpo no Estado", e seria impossível retirar os garimpeiros das áreas sem oferecer uma alternativa de trabalho. "Haveria uma guerra civil", disse. Jucá afirmou ainda que nunca foi indiciado e que nunca teve 15 secretárias em seu escritório, conforme foi publicado à página A-5 da edição da Folha ontem.